

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-23-28>

Recebido em: 18/02/2022 | Aprovado em: 26/08/2023

Artigo Original | Original Article | Artículo Original

Editor de Seção: Fábio José Rauen

## DOS DISCURSOS DA/NA MÍDIA: UM PERCURSO COM MICHEL PÊCHEUX

From The Discourses of/in the Media: | De los discursos de/en los medios:  
A Route with Michel Pêcheux | una ruta con Michel Pêcheux

**Silmara Dela-Silva\***

Universidade Federal Fluminense,  
Linguística/Departamento de Ciências da Linguagem, Niterói, RJ, Brasil

**Ceres Ferreira Carneiro\*\***

Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Linguística/Estudos da Linguagem, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Resumo:** Este artigo empreende um gesto de leitura do modo como a mídia e os discursos que nela são formulados e circulam comparecem nas reflexões teórico-analíticas propostas por Michel Pêcheux, na teorização da análise de discurso. Especificamente, volta-se a dois pontos: a) o modo como os discursos da/na mídia são mobilizados em textos de Pêcheux e outros pesquisadores a ele relacionados, em suas produções no cenário francês, entre o final da década de 1960 e início dos anos de 1980; b) o modo como essas reflexões que perpassam a obra pecheutiana encontram ressonância a partir da reterritorialização da análise de discurso no Brasil, resultando em análises de *corpora* diversos e teorizações acerca dos discursos jornalístico, publicitário e digital.

**Palavras-chave:** Análise de discurso. Michel Pêcheux. Mídia.

**Abstract:** This article aims to analyse the way in which the media and the discourses that are formulated and circulate in it appear in the theoretical-analytical reflections proposed by Michel Pêcheux, in the theory of discourse analysis. Specifically, it considered two points: a) the way in which media discourses are mobilized in texts by Pêcheux and other researchers related to him, in their productions on the French scene, between the late 1960s and early 1980s; b) the way in which these reflections that permeate the Pecheutian work found resonance from the reterritorialization of discourse analysis in Brazil, resulting in analysis of diverse corpora and theorizations about the journalistic, advertising and digital discourse.

**Keywords:** Discourse Analysis. Michel Pêcheux. Media.

**Resumen:** Este artículo emprende un gesto de lectura del modo en que los medios y los discursos que en ellos se formulan y circulan aparecen en las reflexiones teórico-analíticas propuestas por Michel Pêcheux,

\* Professora Associada do Setor de Linguística do Departamento de Ciências da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Linguística. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5231-6662>. E-mail: [silmaradela@gmail.com](mailto:silmaradela@gmail.com).

\*\* Professora Adjunta do Setor de Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Estudos da Linguagem. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7431-3881>. E-mail: [cerescarneiro@gmail.com](mailto:cerescarneiro@gmail.com).

en la teorización del análisis del discurso. En concreto, aborda dos puntos: a) la forma en que los discursos mediáticos se movilizan en los textos de Pêcheux y otros investigadores afines a él, en sus producciones en la escena francesa, entre finales de los años 1960 y principios de los años 1980; b) la forma en que estas reflexiones que permean el trabajo pecheutiano encuentran resonancia a través de la reterritorialización del análisis del discurso en Brasil, resultando en análisis de diversos corpus y teorizaciones sobre los discursos periodísticos, publicitarios y digitales.

**Palabras clave:** Análisis del discurso. Michel Pêcheux. Medios de comunicación.

## 1 INTRODUÇÃO

“[...] esses andaimes suspensos sem os quais a estrada não poderia ter sido percorrida a primeira vez [...]” *Thomas Herbert*

Em suas proposições em torno da análise de discurso, Michel Pêcheux voltou-se à mídia e aos discursos que nela são formulados e ganham circulação em diversos momentos. O discurso publicitário em sua constituição sócio-histórica, a mídia televisiva em seus modos de constituir acontecimentos e o discurso jornalístico e(m) sua gestão da memória são alguns dos pontos que comparecem no percurso empreendido por Pêcheux em sua teorização sobre o discurso durante as décadas de 1960 e 1980.

Neste artigo, temos como proposta retomar esse comparecimento dos discursos da/na mídia na trajetória de Pêcheux, que constituem a análise de discurso no cenário francês; bem como propomos uma reflexão acerca do modo como esse percurso encontra ressonância no Brasil com a reterritorialização da análise de discurso no país a partir da década de 1980. Interessa-nos, assim, examinar o modo como, ao propor o discurso como efeitos de sentido que se dão na imbricação da materialidade linguística em sua inscrição na história, a reflexão pecheutiana constitui um lugar teórico-metodológico para a análise dos discursos da/na mídia, possibilitando a análise de *corpora* diversos e, por consequência, a compreensão das diferentes práticas discursivo-midiáticas em seu funcionamento.

Para isso, organizamos nosso percurso em dois momentos. No primeiro, empreendemos um gesto de leitura de textos de Michel Pêcheux e de pesquisadores franceses a ele vinculados, que dizem sobre a mídia e(m) seu funcionamento discursivo. Retornamos, desse modo, a textos fundadores da análise de discurso, bem como a artigos com publicação até o início da década de 1980, nos quais a mídia comparece, seja como *corpus* de análise, seja como um lugar de produção e circulação de discursos a ser considerado nos processos de produção de sentidos, em nossa conjuntura sócio-histórica. Em um segundo momento, refletimos acerca dos desdobramentos da análise de discurso no Brasil, voltando-nos a exemplares de diferentes percursos teórico-metodológicos, considerando três eixos: o jornalístico, o publicitário e o digital<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> As reflexões que aqui trazemos decorrem de leituras que fundamentaram a disciplina “Análise do Discurso – Dos discursos da/na mídia: um percurso com Michel Pêcheux”, ministrada por nós no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF no segundo semestre de 2019.

Na esteira do que propõe a própria análise de discurso, em suas práticas teórico-analíticas, não temos como objetivo um levantamento exaustivo e completo; mas empreendemos gestos de leitura acerca dessa disciplina e dos modos como sua formulação e seu desenvolvimento deram condições para a constituição de um arcabouço teórico-analítico produtivo para a reflexão acerca da mídia e de suas práticas, em nossa formação social.

Como aponta a epígrafe que aqui trazemos, a qual também dá início ao livro “*A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*”, de Denise Maldidier, buscamos apontar o modo como os discursos da/na mídia um dia encontraram lugar nos andaimes suspensos reunidos por Pêcheux, que permitiram a pavimentação de um percurso para a análise de discurso; um percurso que, ao ser recuperado, também permite um olhar para os tantos desdobramentos dessa teorização no Brasil.

## 2 MICHEL PÊCHEUX E OS DISCURSOS DA/NA MÍDIA

Em sua vasta produção, situada entre meados da década de 1960 e início dos anos de 1980, podemos dizer que Michel Pêcheux dedicou-se, ao menos, a três grandes frentes teóricas: “i) a reflexão sobre a ciência e o fazer científico; ii) a reflexão sobre a linguagem e a sua relação com a teoria do discurso; iii) a proposta de uma teoria do discurso e a abordagem de noções que constituem o seu quadro teórico” (Dela-Silva, 2013, p. 346). Nessa produção, que engloba livros, capítulos e inúmeros artigos com circulação em periódicos, alguns deles publicados após a morte do autor, a questão da mídia e do funcionamento dos discursos, que nela são formulados e circulam, tornam-se, por vezes, objeto da reflexão pecheutiana.

No percurso que aqui traçamos, propomos resgatar parte dessas reflexões, voltando-nos, especificamente, ao funcionamento discursivo-midiático, de um modo geral, e a particularidades apontadas por Pêcheux em alguns de seus textos, que nos permitem analisar o discurso jornalístico, o discurso publicitário e o discurso digital, em nossa conjuntura sócio-histórica; e que, por isso, tiveram consequências no processo de reterritorialização da análise de discurso no Brasil, como apontaremos em um segundo momento.

Iniciamos com a retomada de uma afirmação de Pêcheux que diz sobre a mídia e(m) seu impacto em nossa formação social. Ao tomar como objeto de reflexão o modo como nas revoluções<sup>2</sup> também se marca a linguagem, por meio de formas linguísticas que inscrevem sentidos atribuídos ao alhures, ao além e ao invisível, Pêcheux ([1982] 1990, p. 19) discorre acerca das chamadas línguas de vento que, em seus termos, “se aperfeiçoaram consideravelmente desde os anos 30 na arte da anestesia e da asfixia”. E prossegue: “Do médium em transe que se tornou visível pela sua voz na Alemanha radiofônica de 1933, até os fantasmas audiovisuais das mídias contemporâneas, que progressos na arte de fazer marchar as massas, produzindo-lhes o invisível!” (Pêcheux, [1982] 1990, p. 19).

<sup>2</sup> Em seu artigo, Pêcheux (1990 [1982]) detém-se sobre a Revolução Francesa (1789), a revolução socialista, como formulada no século XIX, e as revoluções proletárias, no século XX.

Ao retomar a expressão “línguas de vento”, atribuindo-a a Régis Debray, Pêcheux ([1982] 1990) diz de um funcionamento dos discursos da/na mídia, um funcionamento linguístico-discursivo, exemplificado pela ampla circulação de discursos via transmissões radiofônicas, na Alemanha nazista, na década de 1930, e pela profusão de imagens, via transmissões televisivas, por exemplo, na contemporaneidade. Um funcionamento linguístico que, nas transmissões midiáticas, “flutua”, como que levado pelo vento; mas capaz de, em seus efeitos de sentidos, anestésiar, asfixiar, produzir o invisível.

A reflexão de Pêcheux aponta, assim, para o modo como os discursos da/na mídia – caracterizados pelo funcionamento da língua de vento – produzem efeitos, tantas vezes, associando-se ao poder vigente. Anestésiar, asfixiar, produzir o invisível são efeitos que buscam construir e direcionar sentidos. São efeitos que, desse modo, funcionam pela ideologia.

Conforme Pêcheux, temos que o funcionamento discursivo é ideológico; uma vez que a ideologia, dessa perspectiva teórica, é entendida como um mecanismo que produz naturalizações, responsável pelo efeito de evidência dos sentidos e dos sujeitos. Na esteira das proposições de Althusser (1974) acerca da ideologia como omni-histórica, Pêcheux localiza a ideologia no funcionamento da linguagem, ao apontar que a ela cabe fornecer evidências, mascarando, assim, “sob a ‘transparência da linguagem’ [...] o *caráter material do sentido*” (Pêcheux, 1997 [1975], p. 160, itálicos do autor).

Constitutiva de todo processo discursivo, é a ideologia que promove esse efeito de construção do invisível na mídia: uma vez que o efeito ideológico produz, justamente, o efeito de “como se”, trazido por Pêcheux para explicar o movimento de coincidência do sujeito consigo mesmo, promovido pela interpelação ideológica. Contudo, entendemos ser também dessa forma que se opera a coincidência entre aquilo que se diz e que, naturalmente, produz sentidos ao se valer de um imaginário efeito de transparência da linguagem, “de modo a não haver mais demarcação entre o que é dito e aquilo a propósito do que é dito”, como afirma Pêcheux (1997 [1975], p. 168). Sob os efeitos da língua de vento circulam na mídia sentidos, inscritos em materialidades significantes as mais diversas, cujos efeitos não são previsíveis, uma vez que decorrem da inscrição da língua na história.

Em reflexão anterior, a respeito das propagandas de governo em nossa conjuntura sócio-histórica, Pêcheux (2011 [1979]) já apontava para a relação entre a mídia e a esfera governamental, em nossa formação social. Ao propor uma reflexão histórica acerca das propagandas e o modo como elas deixam de se caracterizar como um “negócio militar” para se tornar uma “preocupação” do Estado, a partir da década de 1940, Pêcheux (2011 [1979], p. 74), tomando como ponto de partida o cenário francês, mostra como as propagandas, para além de seus aspectos imagéticos e ideacionais, geralmente contemplados em estudos no âmbito da psicologia e das comunicações, são um produto da história. Como afirmam Freitas e Dela Silva (2018, p. 52), retomando a proposição pecheutiana, pensar as práticas publicitárias, “a partir dos efeitos psicológicos que produzem nos sujeitos ou simplesmente partindo-se das técnicas que subjazem sua prática é insuficiente para discorrer sobre o seu funcionamento discursivo, um funcionamento ao mesmo tempo linguístico e histórico”.

A proposição de Pêcheux é pensar as práticas publicitárias em relação ao desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista em suas contradições e em suas implicações para os sujeitos. Em sua reflexão, Pêcheux percorre duas vias, como sintetiza Orlandi (2012, p. 113), ao retomar a teorização trazida pelo autor: “a via dita ‘americana’, na qual o produtor independente torna-se ele próprio progressivamente comerciante e capitalista”; e “a via dita ‘prussiana’, na qual (segundo uma expressão de Lênin) a exploração feudal se transforma lentamente em exploração capitalista” (Orlandi, 2012, p. 113). Pêcheux aponta para a convergência entre essas duas vias na direção de um “liberalismo totalitário”<sup>3</sup>, que promove a gestão das subjetividades, calcado no imaginário de liberdade, que tem como seus pontos de sustentação a ilusão da livre escolha, por um lado, e a circulação insistente de mesmos sentidos, por outro.

É assim que a reflexão pecheutiana se volta ao modo de produção capitalista e seu desenvolvimento na história, para tratar das formas de assujeitamento que dele decorrem e de suas consequências para o funcionamento das práticas publicitárias. Como afirma Pêcheux, em seu funcionamento, decorrente da formação social capitalista, as práticas publicitárias participam da interpelação aos sujeitos, naturalizando práticas, reorganizando a relação com o “audível” e o “visível” (Pêcheux, 2011 [1979], p. 88). E a propaganda política, de modo específico, “joga sobre os pressupostos e produz novos tipos de performativos interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo.” (Pêcheux, 2011 [1979], p. 88). Dessa visada, Pêcheux entende o discurso publicitário não como uma forma de manipulação sobre os sujeitos – uma questão de psicologia –, mas como uma questão histórica e ideológica, que, enquanto tal, deve ser pensada em sua constituição, mas também em sua circulação em dada conjuntura.

Essa relação entre a constituição e a circulação dos discursos também é fundamental para localizarmos as reflexões de Pêcheux voltadas à compreensão do discurso jornalístico em seu funcionamento. Uma de suas definições mais clássicas para o discurso é aquela que localiza essa noção teórica no “acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, [1983] 2008, p. 17). O discurso compreende, assim, estrutura e acontecimento, localizando-se no ponto em que uma atualidade encontra uma memória, produzindo efeitos de sentidos que, desse modo, não se inauguram no sujeito, mas se inscrevem entre sentidos já-ditos.

Na busca por depreender o acontecimento do discurso, Pêcheux se volta a um enunciado em suas condições de circulação na mídia: “*On a gagné*” (“Ganhamos”), do modo como ele comparece em maio de 1981, na França, por ocasião da vitória nas urnas de François Mitterrand para o cargo de presidente daquele país. É em torno do modo como esse acontecimento político e histórico do resultado de um pleito eleitoral no cenário francês comparece na mídia que se localiza a reflexão proposta por Pêcheux, que aponta para o modo como “o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente” pode ser também “profundamente opaco” (Pêcheux, 2008 [1983], p. 19-20). Isso porque, conforme aponta o autor, associado às evidências das tabelas e dos percentuais resultantes da apuração dos votos, encontram-se embates discursivos que levam a formulações variadas, tais como:

<sup>3</sup> Expressão atribuída por Pêcheux a Noam Chomsky.

“F. Mitterrand é eleito presidente da República Francesa”; “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidenciáveis”; “A coalizão socialista-comunista se apodera da França” (Pêcheux, [1983] 2008, p. 20), por exemplo. A evidência do fato político da vitória eleitoral torna-se opaca no confronto discursivo que faz desse “fato” um acontecimento jornalístico.

A reflexão teórico-analítica trazida por Pêcheux aponta, assim, para um funcionamento bastante comum no discurso midiático e, em especial, no discurso jornalístico: a sustentação da evidência dos sentidos por meio do recurso à univocidade lógica (é verdadeiro ou falso; ganhou ou perdeu). Os exemplos de títulos que noticiam a vitória de Mitterrand citados por Pêcheux, no entanto, apontam em sua materialidade para diferentes relações entre “quem ganhou” e as consequências dessa vitória para o contexto sócio-histórico francês. Como afirma Pêcheux, o enunciado “*On a gagné*” (“Ganhamos”), aparentemente inequívoco, traz consigo “uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões etc. – [...] funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável.” (Pêcheux, 2008 [1983], p. 23). Essa variedade se marca no sujeito e nos complementos da forma verbal, e pode ser depreendida por uma análise dos discursos em circulação na mídia, uma vez que, conforme Pêcheux (2008 [1983], p. 60, nota 5), a análise de discurso “se dá precisamente como objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados”.

A análise dos discursos da/na mídia se volta, assim, a um acontecimento do discurso, mas tomado na rede de memória em que um dizer se inscreve. Ao refletir acerca do papel da memória na produção dos discursos, Pêcheux afirma que, ao contrário de ser tomada como um reservatório, que funcionaria pelo acúmulo de sentidos, a memória discursiva é “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux, 2010 [1983], p. 56). A respeito do processo de inscrição de um acontecimento na memória, Pêcheux aponta para dois movimentos, assim retomados por Orlandi (2010, p. 60): “a. o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a inscrever-se, e b. o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido”. Analisar o modo como se dão memória e esquecimento na discursivização de um acontecimento é mais uma das contribuições da análise de discurso para a compreensão dos discursos da/na mídia.

Robin e Maldidier (2016 [1976]) tratam do funcionamento ideológico da imprensa, em análise nos periódicos franceses *Le Figaro*, *L’Aurore*, *Combat* e *L’Humanité* de reportagens, comentários e editoriais com circulação em 28 e 29 de maio de 1968, relacionados ao que denominaram “acontecimento Charléty”. A cobertura jornalística da assembleia que reuniu trabalhadores e estudantes no estádio de Charléty, em 27 de maio de 1968, tomada como *corpus* de análise pelas autoras, aponta para diferentes modos de construção do “mesmo” acontecimento, que produz efeitos de sentido diversos, a depender do modo como foi discursivizado. Em suas análises, Robin e Maldidier (2016 [1976]) apontam para o modo como estratégias de narração e descrição mobilizadas no dizer de cada jornal produzem distintos efeitos, demarcando posições discursivas em jogo. Em seus termos: “Todas as reportagens [...] são lacunares, em cada jornal, o esquecimento, como veremos, não é inocente” (Robin; Maldidier (2016 [1976], p. 52).

Sob o efeito da objetividade, que faz trabalhar a evidência do sentido, o discurso jornalístico promove inscrições na memória e apagamentos, condicionados não a uma simples questão de intencionalidade dos sujeitos, mas a uma posição ideológica, uma vez que, como afirmam as autoras, retomando Althusser, “a prática discursiva jornalística se produz no quadro de um aparelho” (Robin; Maldidier (2016 [1976], p. 82).

Noções teóricas que fundamentam a teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux, a exemplo de ideologia, memória e condições de produção, como vimos, trazem consequências para se pensar a mídia de um modo geral e, em particular, o discurso publicitário e o discurso jornalístico como práticas discursivo-midiáticas. Em nossa conjuntura sócio-histórica, essas práticas encontram-se imbricadas em seu funcionamento (Dela-Silva, 2019), fazendo com que os limites entre o jornalístico e o publicitário se configurem, na atualidade, por vezes, de forma bastante tênue em seus processos de constituição e formulação. Essa fronteira tênue entre as práticas discursivo-midiáticas ganha ainda novos contornos quando pensados os processos de circulação ensejados pelo digital.

Embora tenha encerrado suas reflexões bem antes de o digital ganhar as proporções que conhecemos e experimentamos hoje, Pêcheux também formulou importantes reflexões voltadas à informática, sobretudo no que concerne à gestão dos arquivos e à memória, e que seguem trazendo consequências para se pensar a rede eletrônica e(m) seus diferentes funcionamentos discursivos. O avanço da informática e, posteriormente, a consolidação da rede eletrônica tornaram virtualmente disponíveis e acessíveis o trabalho com *corpora* de extensões variáveis e uma outra forma de gestão dos arquivos e da memória. Assim, em relação à noção de memória discursiva, “necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...” (Pêcheux, 2010 [1983], p. 56), o autor propõe pensar o arquivo, compreendido não na evidência de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”, mas como “um espaço polêmico das maneiras de ler” (Pêcheux, 2010 [1981], p. 51), o que pressupõe questionar a evidência de completude e de estabilidade que tradicionalmente o caracterizam.

Tais formulações interessam-nos, neste artigo, no ponto em que o funcionamento do digital toca o midiático: práticas jornalísticas e publicitárias foram ressignificadas para circulação na rede eletrônica; e a gestão da memória tornou-se outra nessa conjuntura. No entanto, como também nos adverte Pêcheux (2011 [1981], p. 281): “Um corpus de arquivo textual não é um ‘banco de dados’”; e prossegue o autor: “as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional” (Pêcheux, 2011 [1981], p. 281). Pensar a “heterogeneidade contraditória de todo campo do arquivo” e questionar as “evidências empírico-lógicas da leitura”, como propõe Pêcheux (2011 [1981], p. 281), torna possível a análise de discursos midiáticos que hoje são formulados e ganham circulação na rede eletrônica, levando em conta suas especificidades em relação ao digital e, ao mesmo tempo, sem perder de vista seu caráter linguageiro-discursivo.

Ao discorrer sobre o quadro da análise do discurso no Brasil, Leandro-Ferreira (2005, p. 21) afirma que, em nosso cenário, a análise do discurso “se descolou da

Linguística e ganhou maior entrada nas áreas-fronteiras das ciências humanas, como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise”, possibilitando análises de *corpora* diversos. Passamos, a seguir, a tratar do modo como os discursos da/na mídia têm sido objeto de inúmeras pesquisas que integram essa história de uma tradição brasileira de estudos discursivos.

### 3 MÍDIA E(M) DISCURSOS: DESDOBRAMENTOS NO BRASIL

Nesta segunda seção, trazemos algumas discussões sobre a mídia, elaboradas por pesquisadoras brasileiras que seguem as teorizações de Michel Pêcheux para a análise do discurso. Como afirma Leandro-Ferreira (2008), no Brasil Pêcheux não sobrevive, ele vive. É, justamente, a reverberação de suas teorias na produção acadêmico-científica brasileira que nos propomos a apresentar adiante, especificamente as que tratam de discurso e mídia.

Em aproximadamente 40 anos da análise de discurso que se desenvolve a partir das propostas de Pêcheux no Brasil, são muitos os trabalhos acerca dos discursos da/na mídia e(m) seu funcionamento, nas diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Recortamos como fio condutor de nosso percurso a noção de memória, tal como proposta por Pêcheux (2010 [1983]), conforme mobilizamos anteriormente, e que se faz presente nas reflexões apresentadas pelas autoras brasileiras, aqui elencadas, sobre o discurso da/na mídia. Nos termos de Pêcheux: (2010 [1983], p. 50): “Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. Associadas à memória, noções outras vêm sendo mobilizadas para se pensar a mídia em suas práticas discursivas, a exemplo de censura como forma do silêncio, acontecimento jornalístico, arquivo e ideologia.

Iniciamos voltando-nos ao discurso jornalístico. Segundo Mariani (2003, p. 33), o discurso jornalístico, por ser uma prática discursiva, “capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e ideias da atualidade, lê o presente e organiza o futuro”, cabendo, pois, à memória a função primordial de organizar e linearizar passado, presente e futuro. O discurso jornalístico se insere, assim, “no processo histórico de seleção de acontecimentos que serão recordados no futuro” (Mariani, 2003, p. 33). Logo, a imprensa brasileira tem um papel fundamental para a “constituição histórica de uma memória oficial do Brasil”, porque “a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso” (Mariani, 2003, p. 41). Tais constatações nos impeliram, sobremaneira, a optar por ter o conceito de memória discursiva para delinear esse segundo momento de nossa reflexão.

É nas reflexões de Mariani (2003), em suas proposições discursivas acerca dos primórdios da imprensa no Brasil, que fazemos nossa primeira parada. Em uma leitura do arquivo constituído pelos primeiros jornais, fundadores da imprensa nacional, Mariani analisa o modo com a censura se constitui na base das práticas jornalísticas brasileiras. Retomando a história da imprensa no Brasil, Mariani nos traz que o *Correio Braziliense*, fundado pelo português Hipólito da Costa, fruto, portanto, de uma iniciativa particular e escrito em primeira pessoa, era impresso em Londres e distribuído no Brasil; a *Gazeta do Rio de Janeiro*, por sua vez, foi a primeira imprensa oficial brasileira, sendo pública,

impressa na Corte e escrita em terceira pessoa. Em ambas as publicações, no entanto, havia a interdição do dizer decorrente da atuação da censura: se no *Correio Braziliense* havia uma autocensura imposta pelo próprio Hipólito, na *Gazeta do Rio de Janeiro* atuavam órgãos censores criados por D. João VI.

Entendida como uma das formas do silêncio (Orlandi, 2007 [1992]), a censura apresenta-se como oficialmente constitutiva da imprensa nacional e se marca na prática jornalística em distintos períodos de nossa história. Enquanto a memória discursiva possibilita a constituição, a formulação e a circulação de sentidos (Orlandi, 2001), a censura estanca o dizer. Orlandi (2007 [1992]), em suas reflexões a partir do que Pêcheux diz sobre a existência da língua só ser possível sob “a forma de um bloco homogêneo de regras organizado à maneira de uma máquina lógica” (1983, p. 162 *apud* Orlandi, 2007, p. 19) e sobre ser o discurso “um lugar de contato entre língua e ideologia” (Orlandi, 2007, p. 17), discorre sobre a censura como um “silêncio local”, aquilo que é proibido dizer, em certa conjuntura. Trata-se de uma “política do silêncio” e, como tal, constitui uma das formas do silêncio. O silêncio se refere ao apagamento de sentidos que se quer evitar: se na política de silêncio, ao dizer algo, apagamos sentidos indesejáveis, no silêncio constitutivo se diz X para não se dizer Y, em um movimento da exclusão necessária do não-dito: ao se dizer da Europa e dos portugueses, o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* não diziam do Brasil, nem dos brasileiros.

Nesse processo de interdição do dizer, o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro* apagavam (ou tentavam apagar) o brasileiro de suas páginas: diziam sobre a Europa e para os portugueses e, muito raramente, sobre o Brasil e para os brasileiros: “os brasileiros eram apagados enquanto notícia” (Mariani, 2003, p. 40). Durante a ditadura brasileira, advinda do golpe de 1964, por exemplo, uma das estratégias dos jornais, quando tinham suas notícias censuradas, era deixar o vazio no lugar da informação interdita. Os vazios (silêncios), entretanto, eram visíveis demais como signos de censura, porque há um sentido no silêncio, uma vez que o silêncio é um elemento necessário à significação.

A atividade jornalística no Brasil esteve, assim, intermitentemente atrelada à censura: “informar e comunicar”, desde os primórdios da imprensa brasileira, resultam de um controle exterior (estatal e jurídico) e de um outro internalizado, que se realiza “dentro da própria atividade do jornalismo” (Mariani, 2003, p. 43). Em pesquisa mais recente, Flores (2014), ao se referir a acontecimentos histórico-políticos relacionados ao discurso jornalístico em suas práticas, nos traz a importância do Decreto de 2 de março de 1821, de D. João VI, que atuou abolindo “a censura prévia e regulando a liberdade de imprensa” (Flores, 2014, p. 59). Conforme a autora, o Decreto configurou “a possibilidade de uma nova discursividade para o jornalismo nascente no Brasil”. Contudo, o decreto Joanino não foi capaz de impedir a retomada da censura: a história da imprensa brasileira oscila, assim, entre o dizer interdito e o não-interdito, porque, em suas diferentes condições de produção<sup>4</sup>, o discurso jornalístico foi mais ou menos afetado pelo silêncio local.

<sup>4</sup> Segundo Pêcheux (1997a [1969], p. 74), sempre há um contexto sócio-histórico responsável por viabilizar a formulação e a compreensão do discurso, por ele denominada condições de produção, ou seja, o “estudo da ligação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção”.

A interdição do dizer na imprensa, no entanto, não é totalizante. Como afirma Orlandi (2007, p. 131), “não há censura completamente eficaz: os sentidos escapam [...]”. Alguns discursos são mais controlados do que outros, alguns sentidos são mais proibidos do que outros. Em sua tese de doutorado, por exemplo, Mariani (1996) analisou o funcionamento do discurso jornalístico-político sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi se constituindo no Rio de Janeiro entre os anos de 1922 (ano de fundação do partido) e 1989 (ano da primeira eleição direta para presidente da República pós-ditadura militar). Suas análises incidiram, especialmente, sobre as “proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente (ou não) constituídos” que “sempre impuseram o silenciamento ao PCB, mantendo predominantes os fios discursivos que trançam o predomínio de certo sentido: ‘O comunista é um inimigo’” (Mariani, 1996, p. 15). Mobilizando a noção de memória discursiva, a autora também aponta o modo como esse sentido acerca do comunista só é possível porque há ocorrências anteriores, um dizer “já fixado na memória discursiva” sobre a malignidade do PCB, que pode(m) “ser filiado(s) para o acontecimento presente” (Mariani, 1996, p. 41).

Flores (2014, p. 58), por sua vez, a partir de sequências discursivas recortadas de cinco jornais brasileiros, que circularam nos anos de 1821 e de 1822, analisou “o modo como a memória discursiva” sustentava a circulação de “determinados sentidos de nação, independência e liberdade” nesses periódicos. A autora se debruçou ainda sobre a noção de acontecimento discursivo, tal qual proposto em Pêcheux (2010 [1983]), destacando como são indissociáveis as contradições e as sobreposições no processo de significação do Brasil enquanto nação, pois, conforme diz Pêcheux (1997 [1975], p. 83), o discurso “é o meio essencial da divisão e da contradição”.

É também a noção de acontecimento discursivo proposta em Pêcheux (2010 [1983]) que propicia as reflexões de Dela-Silva (2008, 2015) acerca do que caracteriza como um acontecimento jornalístico. O acontecimento jornalístico consiste em “uma prática da/na mídia que instaura discursividades, produzindo efeitos de sentidos para e por sujeitos, em determinadas condições de produção” (Dela-Silva, 2015, p. 224). Como nos traz Pêcheux, “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...] situado no interior das relações de força: os efeitos de sentido são intrínsecos ao lugar de onde os sujeitos produzem seus discursos” (Pêcheux, 1997a [1969], p. 76). Um dos modos de se pensar o funcionamento do acontecimento jornalístico discursivamente, assim, é localizando-o em relação a um arquivo. Conforme vimos em Pêcheux (2010 [1981]), pensar o arquivo discursivamente requer não perder de vista os gestos em torno de sua constituição e de seu funcionamento. Isso porque o arquivo passa por algum processo de organização e de seleção, em que pesa o que é entendido como sendo (ou não) permitido dizer. Atrelado ao processo de seleção dos relatos que irão ou não constituir um acontecimento jornalístico, a prática discursivo-midiática é também uma prática de produção e gestão de arquivos.

Ainda no âmbito da prática discursiva jornalística, Carneiro (2018) se volta a dizeres atribuídos a mulheres em situação de traição, materializados em cartas publicadas na seção “consultório sentimental” da revista feminina *Claudia* entre os anos de 1963 e 2014. Essas cartas foram disponibilizadas fisicamente pela Biblioteca Nacional, do que resulta que a composição do *corpus* decorre do processo de leitura de um arquivo com as

revistas, constituído pelo gesto de arquivamento adotado na Biblioteca Nacional, e de um gesto de constituição da própria revista, ao selecionar as cartas a serem publicadas ou não em suas colunas.

Ao mobilizar a noção de arquivo, Carneiro (2018) aponta para o modo como as cartas publicadas por *Claudia* passaram por um processo de seleção, porque o “gesto de constituição do arquivo empreendido” (Dela-Silva; Lunkes, 2014, p. 136) por *Claudia* é que garantirá que só conste nele o que foi previamente autorizado, uma vez que “todo arquivo tem suas regras: alguns dizeres não” puderam, portanto, “ali se inscrever, sendo interditados de fazer parte dele” (Dela-Silva; Dias, 2015, p. 131). Assim, verificamos que todo dizer, para constituir um arquivo, precisa ser selecionado (ou não); para ser selecionado, precisa ser lido; cada gesto de leitura é diferente do outro, porque é decorrente da posição ocupada por um sujeito-leitor; nenhum processo de seleção e constituição de um arquivo é indiferente à ideologia.

No campo do discurso publicitário, há várias pesquisas realizadas no Brasil na esteira das proposições pecheutianas. Tendo como gesto norteador a relação entre memória e arquivo, fazemos uma parada na proposta de Nogueira (2017) de pensar discursivamente as relações de trabalho na contemporaneidade, no modo como elas se manifestam no discurso publicitário. Ao tomar como objeto de análise as práticas publicitário-discursivas da Petrobras, a autora aponta o modo como a “publicidade-propaganda da empresa não se direciona somente para a venda de um produto, mas também ‘tenta vender’ uma ideia de Estado-Nação” (Nogueira, 2017, p. 132), cujo funcionamento está atrelado às condições sócio-históricas capitalistas, como já apontava Pêcheux (2011 [1979]) ao tratar das propagandas de governo.

Por meio da análise de logotipos e *slogans* da Petrobras, bem como de propagandas com circulação na mídia e na rede eletrônica, Nogueira (2017) constitui um arquivo com vistas à compreensão do modo como se produzem efeitos de sentido relacionados à nação e ao nacionalismo para a empresa, em uma conjuntura de globalização/mundialização, fazendo funcionar a contradição. Em seu percurso, a autora aponta o modo como nesse conjunto de materialidades significantes presentes no arquivo do discurso propagandístico da Petrobras ocorre a passagem do nacionalismo, associado via memória discursiva ao Estado-nação, para a brasilidade, “focada no indivíduo, mais do que no país como Estado, pois há um apagamento desta reação, por uma identificação étnica cultural (ser brasileiro), funcionando como argumento para o sucesso publicitário” (Nogueira, 2017, p. 186). Assim, as propagandas constituem, nos termos da autora, “um interessante observatório do funcionamento do discurso (ideológico)” (Nogueira, 2017, p. 187), uma vez que fazem circular sentidos que se colocam na base da gestão administrativa da Petrobras, e que ressoam também em materiais outros destinados ao público interno da empresa.

Discursivamente, o gesto de leitura de arquivo empreendido pela autora, em torno do discurso publicitário, nos aponta para o modo como os discursos produzem sentidos, também, a partir de suas condições de circulação. Como afirma Orlandi (2001a, p. 12): “os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam (em que meios e de que maneira: escritos em uma faixa, sussurrados como boato, documento, carta, música etc.)”. Pensar a circulação dos discursos é considerar, assim, “os trajetos dos

dizeres”, instância em que “os dizeres são como se mostram” (Orlandi, 2001, p. 11). As práticas jornalísticas e publicitárias que aqui retomamos propiciam, justamente, distintos modos de constituição e formulação dos discursos, e, também, diferentes condições de circulação, que deixam suas marcas no modo como os sentidos se produzem.

É justamente a relação entre arquivo e circulação dos sentidos que recortamos para nosso último ponto de parada neste artigo, voltado a pesquisas que se desenvolvem no Brasil a partir das proposições de Pêcheux, a respeito do discurso digital. Nessa perspectiva, as noções de memória e arquivo também têm sido centrais, uma vez que,

no caso da internet, ‘o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão’ é uma construção que dialoga com prática organizativa, memória autorizada a circular, representação de poder e de seleção a informações possíveis e passíveis de serem conhecidas e reconhecidas (Garcia; Sousa, 2014, p. 88).

Em suas análises sobre o discurso na rede eletrônica, Garcia e Sousa (2014), ao tratarem de uma página sobre a *Marcha das Vadias*, disponibilizada no *Facebook*, afirmam que nessas condições circula uma memória sobre o feminino que, por sua vez, se caracteriza como sendo “um arquivo em movência, em construção contínua e com uma atualização permanente” (Romão, 2005 *apud* Garcia; Sousa, 2014, p. 88). O arquivo em si, constatam, é uma memória institucionalizada, pois “o dizer é documento, atestação dos sentidos, efeito de relações de forças (Garcia; Sousa, 2014, p. 89); e essa memória institucionalizada, por sua vez, permite que o ser mulher e o feminino se desvelem nas páginas do *Facebook* da *Marcha das Vadias* (entre outros espaços digitais).

As autoras teorizam também acerca da peculiaridade do funcionamento da leitura nas páginas do *Facebook* (e em outras redes sociais), que permite que um sem-número de pessoas ultrapassem o texto e acessem vídeos, *links* etc. a ele relacionados. Os comentários dos seguidores da página complementarizam o processo de leitura, funcionando como uma “interpretação dos sujeitos desse arquivo”; nesse movimento, “diferentes posições são explicitadas, confrontos e alianças surgem, são sustentadas ou apagadas” (Garcia; Sousa, 2014, p. 88), justamente porque “o nó central de um trabalho de arquivo” se dá na inter-relação entre língua e história (Pêcheux, [1969] 1997a). Romão (2005), embasada na afirmação de Pêcheux ([1969] 1997a) de que todo dizer se dá na confluência do político e do ideológico, evidencia que as páginas disponibilizadas na rede eletrônica podem também “ser vistas como arquivos demarcados ideologicamente”.

Se o funcionamento do discurso na rede eletrônica está pautado pela constituição de uma memória institucionalizada, regida por arquivos imaginariamente disponíveis e acessíveis, esse funcionamento também não se dá fora de uma memória discursiva. Retomando a questão da memória na constituição do arquivo eletrônico, Grigoletto e Gallo (2015) revisitam a noção de memória metálica, proposta por Orlandi (2007a [1996], p. 16) como sendo aquela “que não falha e que se apresenta como ilimitada em sua extensão, só produz o mesmo, em sua variação, em suas combinatórias”, como uma forma de compreender discursivamente os processos de informatização. Em análises a respeito do funcionamento de jogos digitais, Grigoletto e Gallo (2015) apontam como em algumas textualidades digitais a memória metálica e a memória discursiva não mais se distinguem,

e discutem a interação dos sujeitos ora na posição de telespectador, ora na posição de jogador virtual, abordando “os conflitos explícitos” que “remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo hoje” (Pêcheux, 1982 *apud* Grigoletto; Gallo, 2015, p. 313). Assim, temos que, em se tratando da interação entre sujeito e mídia digital, pensada a partir da análise de discurso pecheutiana, memória e arquivo se inter-relacionam, se imbricam.

Dias (2018), por sua vez, em análises acerca de materialidades diversas que caracterizam o discurso digital na atualidade, aponta para o modo como os “dispositivos multimídia” operam uma “passagem de uma relação institucional para uma relação corporativa com a memória” (p. 68), que se constitui notadamente pelo não-esquecimento, em um efeito de “unidade totalizante da memória” (p. 69). Essa passagem se marca, conforme a autora, na gestão dos arquivos digitais que se dá não por vinculação a instituições, como as universitárias, por exemplo, mas por corporações, como o *Google* ou o *Facebook*, em suas tecnologias de armazenamento. Dentre os efeitos do digital analisados pela autora, temos a questão da própria memória posta como um objeto a ser arquivado e o arquivo, na relação com a memória, produzindo efeitos na constituição dos sujeitos e dos sentidos. É de memória e esquecimentos que se faz o discurso; é discursivamente que empreendemos leituras do digital, na perspectiva teórica proposta por Pêcheux.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso que traçamos neste artigo, buscamos apresentar o modo como a mídia e suas práticas discursivas comparecem na reflexão de Michel Pêcheux e outros teóricos que, a seu lado, participam da história da análise de discurso na França, entre as décadas de 1960 e 1980. Posteriormente, voltamo-nos a como a obra de Pêcheux alicerçou estudos sobre a mídia que seguem sendo desenvolvidos no Brasil, com foco nos discursos jornalístico, publicitário e digital, desde a década de 1980. Como pudemos verificar, é múltipla e vasta a repercussão dos estudos de Pêcheux nas análises sobre discurso e mídia realizadas em instituição de ensino e pesquisa de todo o país, que tomam como objeto discursos que se produzem a partir de variadas materialidades significantes (jornais, revistas e páginas da rede social *Facebook*, por exemplo).

Por ter sido a noção de memória o fio condutor da segunda metade de nosso artigo, encerramos nossa explanação a respeito de como a obra de Pêcheux alicerçou estudos sobre a mídia desenvolvidos no Brasil retomando algumas das proposições de Payer (2005), a respeito de como linguagem e sociedade se relacionam na contemporaneidade, salientando o lugar da memória “em face da proliferação cotidiana de linguagens na mídia” (Payer, 2005, p. 11).

O sujeito da contemporaneidade, marca a autora, é inevitavelmente submerso em inúmeras linguagens, que o obrigam a “uma certa performance de linguagem” para ser capaz de atender às exigências dessas novas interlocuções demandadas pela tecnologia. Ora, ao dominar (e ser dominado por) essas novas e múltiplas linguagens, o sujeito assume uma nova forma, tornando-se imaginariamente “um sujeito capaz de tudo dizer”,

afinal, os indivíduos sempre se tornam sujeitos conforme “contextos e formas de saber específicos” (Payer, 2005, p. 13); se o exterior, se a nossa atual conjuntura social, reivindica um sujeito apto ao domínio de diversas linguagens, ele irá se realizar e se moldar a partir de tais exigências.

Payer (2005) coloca o Poder do Mercado como a nova forma de poder na sociedade contemporânea, e tudo o que consiste e o que está na mídia como sendo o grande texto da atualidade. Esse ponto nos interessa especialmente, porque ao dizer ser a mídia, em suas interfaces, “uma forma textual onipresente”, “com força pragmática” própria “sobre os indivíduos”, temos a mídia como o lugar primordial de circulação de enunciados dispersos, logo, de produção e regularização de sentidos em nossa formação social, e sua onipresença não permite que nenhum sujeito escape a sua interpelação.

O perigo dessa eficácia da mídia, esse conjunto de vozes amplificadas e apresentadas como “mega, giga, hexa” (Payer, 2005, p. 19), está no efeito de saturação dos sentidos que por ela circulam, não deixando quase “espaços além de si para nada, para nenhum outro discurso, para nenhuma outra forma de sujeito, para nenhum corpo que não lhe sirva como suporte” (Payer, 2005, p. 19).

Contudo, como afirma Pêcheux (1996, p. 143), a partir de Althusser (1970), as condições ideológicas da reprodução das relações de produção são também condições de transformação, e que atestam “o caráter intrinsecamente contraditório de *qualquer modo de produção que se baseie numa divisão em classes, isto é, cujo ‘princípio’ seja a luta de classes*” (itálicos do autor). Assim, seria um erro, segundo Pêcheux (1996, p. 143), “localizar em pontos diferentes, de um lado, aquilo que contribui para a reprodução das relações de produção e, de outro, o que contribui para a sua transformação”. Analisar os discursos da/na mídia, em seu funcionamento discursivo, leva-nos a apontar os modos como a mídia faz com que sentidos circulem amplamente em nossa conjuntura sócio-histórica; mas essa circulação não se faz sem o espaço para o sentido outro, para o equívoco, para a resistência.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.
- CARNEIRO, C. F. “A culpa não é da outra?” O discurso sobre triângulos amorosos no “consultório sentimental” da revista *Claudia*. Niterói, 2018. Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense.
- DELA-SILVA, S. (Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. M. L. (Orgs.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2015. p. 213-232.
- DELA-SILVA, S. Dos discursos em seu funcionamento: a mídia, o trabalho, o trabalhador. *Entremeios*, Pouso Alegre (MG), v. 20, p. 15-28, dez. 2019. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/816.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.
- DELA-SILVA, S. Foi “análise de discurso” que você disse? *Revista Gragoatá*. Niterói, n. 34, p. 345-349, 1. sem. 2013.
- DELA-SILVA, S. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Campinas, 2008. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.
- DELA-SILVA, S.; DIAS, J. P. Felicidade, um arquivo. Sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da/na mídia. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (orgs.).

- Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos* (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 123-136.
- DELA-SILVA, S.; LUNKES, F. E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada. *Conexão Letras*, v. 9, p. 135-148, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55148>. Acesso em: 10 maio 2021.
- DIAS, C. *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes, 2018.
- FLORES, G. B. *Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro*. Porto Alegre: Edipucrs; Palhoça: Unisul, 2014.
- FREITAS, R.; DELA-SILVA, S. “Se a base da educação é a mesma, as oportunidades também serão?” A propaganda sobre educação no governo Temer. *Investigações (online)*, v. 31, p. 49-71, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/237922>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- GARCIA, D. A.; SOUSA, L. M. A. Ler o arquivo hoje: a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. *Conexão Letras*, v. 9, n. 11, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55143>. Acesso em: 10 maio 2021.
- GRIGOLETTO, E.; GALLO, S. L. Sujeito e memória em textualidades digitais. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs.). *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos* (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas: Mercado de Letras, 2015. p. 307-317.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Introdução. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. Um breve preâmbulo. In: INDURSKY, F.; LEANDRO-FERREIRA, M. C. (orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.
- LEANDRO-FERREIRA, M. C. Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade. *Revista Desenredo*, v. 4, n. 2, p. 241-249 - jul./dez. 2008. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/695>. Acesso em: 10 maio 2021.
- MALDIDIÉ, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2017.
- MALDIDIÉ, D.; ROBIN, R. Do espetáculo à morte do acontecimento. In: GUILHAUMOU, J.; MALDIDIÉ, D.; ROBIN, R. *Discurso e arquivo*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2016 [1976].
- MARIANI, B. A eficácia da imprensa sobre o político. In: *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998. p. 59-106.
- MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. (Org.). *Discurso fundador*. 3 ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 31-42.
- NOGUEIRA, L. *Discurso, sujeito e relações de trabalho na contemporaneidade*. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007 [1992].
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5. ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2007a [1996].
- ORLANDI, E. Propaganda política e língua de estado: Brasil, um país de todos. In: *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. Campinas: Pontes, 2012. p. 107-128.
- PAYER, O. Linguagem e sociedade contemporânea – Sujeito, mídia e mercado. *Rua*, Campina, n. 11, p. 9-25, 2005.
- PÊCHEUX, M. “Análise de discurso e informática”. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni P. Orlandi*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011 [1981].
- PÊCHEUX, M. “Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990 [1982].
- PÊCHEUX, M. “Foi propaganda mesmo que você disse?”. In: *Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni P. Orlandi*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011 [1979].
- PÊCHEUX, M. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E. (Org.) *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: ed. da Unicamp, 2010 [1981]. p. 49-59.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1969]. p. 61-162.

- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990 [1983].
- PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Trad. e introd. de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2015. p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 [1975].
- ROMÃO, L. M. S. De areia e de silício: as tramas do discurso no livro eletrônico *Espéculo*. *Revista de estudos literários*, Universidad Complutense de Madrid, 2005. Disponível em: <http://webs.ucm.es/info/especulo/numero31/silicio.html>. Acesso em: 10 maio 2021.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

---